



Plano Anual de Actividades e Orçamento para 2023

Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Associados,

Cumprindo o estipulado no artigo 13.º dos Estatutos da APRe! bem como no artigo 30º, alínea a) do Regulamento Interno, o Conselho Fiscal eleito para o biénio 2022-2024, emite o seguinte parecer:

I - Plano Anual de Actividades para 2023

O Plano Anual de Actividades para 2023 é enquadrado no contexto nacional e internacional que se vive, tendo em conta o forte impacto económico e social decorrente da pandemia da COVID19, da guerra originada pela invasão da Ucrânia, assim como, a manutenção de temas de natureza social transversais à sociedade portuguesa. São ainda consideradas questões estruturais como a evolução demográfica que se prevê muito preocupante nas próximas décadas, ou a recorrente visão catastrófica acerca da estabilidade da Segurança Social.

Neste enquadramento, o plano de actividades traçado parece-nos articulado de forma realista e coerente com o programa apresentado às eleições de Março passado. São definidas linhas de acção tendo em vista:

- A. A defesa dos valores da solidariedade, justiça, equidade, dignidade
- B. A defesa dos interesses e direitos dos associados
- C. A comunicação interna e para o exterior
- D. A representação da APRe! em organizações nacionais e internacionais
- E. A consolidação e alargamento da APRe!

Parece-nos um programa de acção realista, mas ambicioso, que permitirá enfrentar o actual momento difícil que a Associação vive, mantendo bem presentes os objectivos de consolidação e expansão da APRe! na defesa dos interesses dos associados.

II - Orçamento e Contas para 2023

O Orçamento para 2023 apresenta um decréscimo global de 3,6% em relação ao orçamento anterior. Na verdade, a APRe! vive um momento difícil decorrente das dificuldades originadas pela pandemia nestes últimos anos agravando o isolamento e dificultando os contactos.

Apesar do crescente recurso a tecnologias digitais, a ausência de iniciativas presenciais tornou mais difícil a captação de novos associados, a recuperação de quotas atrasadas, ou até a manutenção de quotas em dia.

O presente orçamento reflecte, assim, as dificuldades enfrentadas em razão da quase estagnação das receitas. Uma das medidas adoptadas na luta contra a quebra de receitas foi a possibilidade do pagamento das quotas por débito directo, facilitando o procedimento, mas o resultado, pode dizer-se, não tem sido expressivo pela coincidência com o período da pandemia que, também neste campo, teve influência bem negativa

Actualmente, cerca de 70 a 80% das despesas referem-se a custos fixos ou de grande rigidez deixando reduzida margem de manobra nas restantes rubricas do orçamento. A atestá-lo está o decréscimo expressivo das despesas nas rubricas relativas a “Reuniões/Representações/Deslocações” (-12%) e “Despesas específicas das actividades” (-38%) quando comparadas com o orçamento de 2022.

Nestes últimos anos a APRe! tem sabido desenvolver uma actividade apreciável mesmo com estas restrições, recorrendo às plataformas digitais e gerindo criteriosamente as despesas indispensáveis.

Para o futuro, em nosso entender, terá de se intensificar o esforço de recuperação de quotas em atraso, de captação de novos associados ou, em alternativa, aumentar o valor da quota, solução que a ninguém agrada mas que poderá ter de ser tida em conta.

O Plano de Actividades em apreciação reflecte estas preocupações esperando-se que o seu desenvolvimento contribua de facto para a melhoria da situação financeira sem que isso afecte a prossecução dos objectivos para os quais a APRe! foi criada e que são bem expressos neste plano de actividades.

Assim, tendo em conta o exposto e que:

- O Plano de Actividades está conforme aos objectivos estratégicos definidos pela Direção no seu programa de candidatura, sufragado em Março de 2022;
- O Orçamento é apresentado segundo as boas regras contabilísticas, estando também articulado com as despesas implícitas na execução do Plano de Actividades, bem como com o funcionamento da Associação;

O Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável e sem reservas ao Plano de Actividades e Orçamento para 2023, propondo a sua aprovação pela Assembleia Geral.

Coimbra, 29 de Novembro de 2022

O Conselho Fiscal

O Presidente

O Secretário

A Secretária

António Correia

Rolando Rodrigues

Arminda Serra